

---

# INSERÇÃO EXTERNA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM ESTUDO DAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA E CHINESA NO PERÍODO 1990-2008

---

*Elizangela Luzia Araújo\**  
*Eliane Araújo\*\**

**Resumo:** Este artigo analisa os padrões de desenvolvimento de dois países – Brasil e China – entre 1980 e 2008. É discutida a diferença de estratégias entre as duas economias, destacando-se o sucesso da estratégia chinesa pautada no forte incentivo ao setor exportador, na condução independente de políticas econômicas, sobretudo a administração do câmbio, que lograram ao país alcançar altas taxas de crescimento nas últimas décadas, assim como a condição de grande competidor mundial. Ao contrário, o Brasil, ao optar pela adoção das propostas do “Consenso de Washington”, implementa sua estratégia de estabilização cuja combinação de políticas - taxas de juros elevadas e sobrevalorização cambial - têm causado um forte viés anti-exportador e pró-importação, com o desestímulo aos investimentos produtivos, com sérias conseqüências para a economia brasileira.

**Palavras-chave:** Inserção externa, desenvolvimento econômico, Brasil, China.

## FOREIGN INSERT AND ECONOMIC DEVELOPMENT: A STUDY OF BRAZILIAN AND CHINESE EXPERIENCE IN THE PERIOD 1990-2008

**Abstract:** This article discusses the patterns of development of two countries - Brazil and China - between 1980 and 2008. It discussed the difference in strategies between the two economies, emphasizing the success of the Chinese strategy based on strong incentive to the export sector, the conduct of their independent economic policies, especially the administration of the exchange rate, which made the country to achieve high growth rates in recent decades, as well as the condition of major global competitor. Unlike China, Brazil adopted the proposals of the "Washington Consensus". The Brazilian policy mix and the main instruments of the stabilization strategy - high interest rates and overvalued exchange rate - have caused serious consequences for the Brazilian economy.

**Keywords:** Foreign differentiated integration, economic development, Brazil, China.

## Introdução

É amplamente reconhecida a influência que a globalização, como ordem econômica mundial, vêm exercendo sobre os países nas últimas décadas, tanto no que tange à condução das políticas macroeconômicas, quanto aos resultados obtidos em termos de crescimento econômico.

Isto porque, dada a nova configuração econômica global, condicionada

pela lógica do funcionamento dos mercados financeiros globalizados, a recomendação é que os países realizem as chamadas “*market friendly policies*”<sup>1</sup>, nas quais é reduzida a intervenção do Estado na economia, assim como limitada a possibilidade que estes possuem de realizar políticas de desenvolvimento econômico, sob pena de não obterem resultados positivos, mas também de causarem instabilidade macroeconômica.

Nessa perspectiva, com exceção de alguns países, como os da Ásia por exemplo, têm sido traços marcantes da maioria das economias capitalistas nos anos 1990: taxas de crescimento do PIB muito baixas, deflação, conjuntura mundial extremamente instável, alto nível de desemprego estrutural, concorrência internacional intensa (CHESNAIS, 1995).

Em meio a essa conjuntura, os países em desenvolvimento têm encontrado dificuldade em conciliar uma trajetória de crescimento sustentada com a estabilização de suas variáveis macroeconômicas relevantes, dada a livre mobilidade de capitais, característica da nova ordem econômica.

Tendo isso em conta, as idéias discutidas no presente trabalho encontram respaldo nas proposições feitas por Carneiro (1999) que discute as diferentes formas e os limites da inserção dos países – desenvolvidos (que possuem moedas fortes, conversíveis) e dos em desenvolvimento (sem moeda conversível) – nessa ordem econômica internacional.

O autor constata que a inserção dos países periféricos ocorre de forma diferenciada, constrangida pela volatilidade das taxas cambiais e pela necessidade da manutenção de taxas de juros internas elevadas para atrair capitais estrangeiros, em vista do maior risco que representam.

Por outro lado, como apontam Oliveira (2008), Gala (2007) e Medeiros (2006) entre outros autores, existe a possibilidade de que os países possam vir a se inserir de forma soberana na economia mundial, logrando taxas de crescimento elevadas, a exemplo do que ocorreu com algumas economias asiáticas, das quais a China é exemplo.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é fazer um estudo sobre dois padrões de desenvolvimento diferenciados: Brasil e China, discutindo que no caso da China ocorreu uma inserção diferenciada,

contrariando as proposições da impossibilidade de realização de políticas de desenvolvimento e de participação ativa do Estado na economia, no contexto globalizado. Já caso oposto, representou a experiência brasileira, cuja inserção ocorreu de forma passiva, com o abandono de um projeto nacional de desenvolvimento em nome da “estabilidade econômica”.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória em livros e artigos de revistas de autores conceituados na área, os quais tratam do tema proposto. Além disso, utilizam-se dados estatísticos para subsidiar a análise teórica, os quais foram obtidos em sites institucionais relevantes à pesquisa tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BCB), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipeadata), entre outros.

Para cumprir com o objetivo proposto, este artigo está dividido em três seções, além desta introdução (1ª seção) e da conclusão (5ª seção). Na segunda seção é feita uma análise da dinâmica financeira mundial e dos condicionantes que ela impõe ao desenvolvimento econômico nos países emergentes e em desenvolvimento.

A terceira faz um estudo sobre o desenvolvimento da economia brasileira de 1980 a 2007, ressaltando as características do padrão de desenvolvimento adotado, que logrou êxito na estabilização econômica, porém não conseguiu conduzir a economia a uma trajetória de desenvolvimento sustentada. A terceira seção descreve, ainda, a trajetória de desenvolvimento da economia chinesa no mesmo período, destacando que as reformas empreendidas pelo estado, aliadas à políticas ativas de crescimento, colaboraram para torna-la um importante competidor mundial, alcançando taxas de crescimento elevadas. A quarta seção analisa as diferenças na conduta das duas economias e, finalmente, são feitas algumas considerações finais.

Dinâmica financeira mundial e os condicionantes ao desenvolvimento econômico nos países emergentes e em desenvolvimento

As últimas décadas do século XX assistiram a mudanças profundas, as quais marcaram o ingresso das economias em uma nova fase da acumulação capitalista, caracterizada pela crescente globalização dos

mercados produtivos e financeiros mundiais.

A globalização é a característica principal dessa nova ordem econômica global, onde o grau de mobilidade dos capitais é o elemento central na configuração dessa ordem (CARNEIRO, 1999).

De acordo com Chesnais (1995), as transformações ocorridas resultaram das prioridades do capital altamente concentrado, aplicado na produção de bens e serviços, mas principalmente, e de forma crescente, do capital financeiro centralizado, constituindo-se numa fase avançada do processo de internacionalização da economia denominado de "mundialização do capital"<sup>2</sup>.

Nesta perspectiva, o capital rompe com as amarras das relações sociais, leis e regulamentações que até então lhe eram impostas e, aliado ao desenvolvimento de novas tecnologias e ao apoio das principais nações capitalistas, sob a forma de políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, passa a desfrutar de liberdade e mobilidade sem precedentes.

Plihon (2007) distingue as três dimensões dessa mundialização: primeiro, a abertura das economias às trocas de bens e serviços (globalização produtiva); segundo, a mobilidade internacional dos fatores de produção, particularmente do capital (globalização financeira); terceiro; a interpenetração crescente das economias nacionais, com a des-territorialização das atividades econômicas – as empresas tornam-se "atores globais" e suas decisões e comportamento escapam à dimensão nacional.

Esse fenômeno, cujo desenvolvimento intensifica-se a partir do fim dos anos 1970, na década de 1990 surge como um fenômeno planetário, de grande importância quantitativa, com a crescente participação das famílias como ofertante de fundos e detentora de papéis através de investidores institucionais como fundos de pensão, companhias de seguros e os fundos mútuos, movimentando uma imensa massa de riqueza financeira interfronteiras, cujas características são: a profundidade, a liquidez e mobilidade e a volatilidade (COUTINHO e BELLUZZO, 1996).

De acordo com Plihon (2007), a finança internacional desenvolve-se agora com a sua própria lógica que tem pouco a ver com o financiamento das trocas e dos investimentos na economia mundial. O essencial das operações financeiras consiste na natureza especulativa, entre as moedas e

os diferentes instrumentos financeiros.

Diante dessa configuração, a participação dos países na dinâmica financeira global ocorreu de forma diferente conforme o grau de desenvolvimento. Uma vez que o dólar é o centro desse sistema financeiro e a economia americana possui completa hegemonia, os países que têm moeda forte, conversível em dólar, encontram-se em posição mais vantajosa. Já os países periféricos, sem moeda conversível, se vêm completamente vulnerabilizados e expostos aos constrangimentos gerados por esse sistema (CARNEIRO, 1999). São exemplos as crises cambiais ocorridas em várias economias emergentes na década de 1990, com forte impacto sobre a estabilidade e significativa redução do grau de manobra na condução das políticas macroeconômicas (COUTINHO e BELLUZZO, 1996).

Dois movimentos, a liberalização financeira e a reestruturação produtiva, impulsionaram a globalização. Conforme apontado por Mercadante (1999), as políticas de liberalização financeira foram adotadas nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Estas políticas deram grande impulso ao processo de globalização financeira, favorecendo a criação de um mercado único do dinheiro a nível planetário.

Dentre os países desenvolvidos, Inglaterra e Estados Unidos foram os primeiros a adotar medidas liberalizantes, nos governos Thatcher e Reagan a partir de 1979, acompanhadas por um forte movimento de reestruturação produtiva. Nessa fase inicial, as economias periféricas estiveram à margem do processo, particularmente a América Latina fragilizada pela “crise da dívida” e por processos inflacionários persistentes.

É em geral de forma tardia, a partir da década de 1990, que a periferia se insere de forma definitiva na economia internacional com a participação crescente nos mercados financeiros mundiais.

Essa inserção, no entanto, encontrou limites e constrangimentos, devido à vulnerabilidade desses países no contexto internacional, como apontado em Carneiro (1999), Coutinho e Belluzzo (1996). Ademais, as reformas que foram implementadas por esses países, em consonância com as políticas recomendadas pelas instituições financeiras internacionais, FMI, Banco Mundial, reforçam a necessidade de políticas orientadas para o

mercado, as quais deixam pouco ou nenhum espaço para o desenvolvimento econômico, que passa a ser cada vez menos uma possibilidade aos países em desenvolvimento e emergentes.

Padrões de inserção externa e desenvolvimento econômico no Brasil e na China

*A economia brasileira 1980-2007*

A estratégia de desenvolvimento adotada recentemente pela economia brasileira pode ser compreendida pela análise dos acontecimentos verificados na economia no período que se estende desde o início dos anos 1980, visto que esta década representou para o Brasil e a América Latina, de um modo geral, a ruptura de um padrão de desenvolvimento, que desde o pós-guerra foi responsável por elevadas taxas de crescimento econômico na região.

De acordo com Hermann (2005), o choque dos preços do petróleo em 1973, e novamente em 1979, provocou a elevação das taxas de juros internacionais entre 1979 e 1982, revertendo a trajetória de crescimento e inaugurando um período de dificuldades conhecido como a “crise da dívida”.

As despesas financeiras com o pagamento da dívida externa se elevaram abruptamente e a dívida externa total, que somava cerca de US\$11,4 bilhões, em 1972, alcançou US\$ 55,8 bilhões em 1979 chegando a US\$ 105,1 bilhões no ano de 1985, requerendo o envio de importantes somas de recursos, sobretudo com o pagamento de juros (IPEADATA, 2008).

A partir de então, o quadro de forte restrição externa, viria a se constituir num dos principais impasses à economia até meados da década de 1990. Aliado a isso, a desorganização das finanças públicas, abrindo o caminho para uma séria instabilidade inflacionária, deprimiu a acumulação produtiva e afastou os investimentos externos (COUTINHO, 1997).

Nesse contexto, foi necessária a adoção de um modelo de ajuste que contemplasse o equilíbrio interno e externo. Em primeiro lugar, havia a necessidade de gerar elevados superávits comerciais para fazer frente ao envio de significativas somas de recursos ao exterior. De acordo com os dados do Ipea (2008), no período de 1981 a 1989 as exportações cresceram

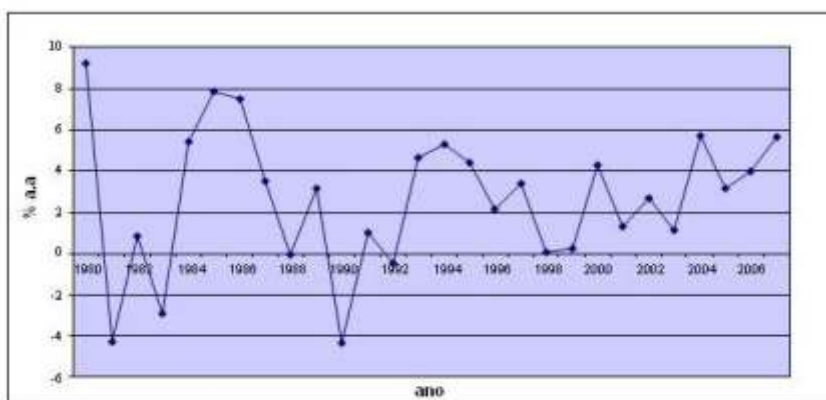
34%, passando de US\$ 20,2 bilhões para US\$ 34,3 bilhões, enquanto as importações tiveram uma queda de 17%, de US\$ 22 bilhões para US\$ 18,2 bilhões, no mesmo período.

Com isso, o saldo da balança comercial cresceu exponencialmente ao longo da década passando de US\$ 1,2 bilhões para US\$ 16,1 bilhões, contribuindo para a redução do saldo em transações correntes, embora o saldo global do balanço de pagamentos apresentasse déficit em vários anos naquele decênio: 1980, 1982, 1983, 1985 e 1986.

O outro impasse a ser vencido era a aceleração inflacionária. Dados do Ipeadata (2008) demonstram que o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), que se aproximava dos 100% ao ano em 1980, seguiu trajetória ascendente atingindo 1.972,9% no ano de 1989, chegando ao recorde de 2.477,15% em 1993.

No intuito de combatê-la foram adotados vários planos de estabilização: Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor. Todos, sem sucesso tentaram através de medidas ortodoxas e/ou heterodoxas, controlar a inflação. No entanto, o que se verificou até 1994, foi um longo período de instabilidade que causou forte oscilação do crescimento. (Gráfico 1).

Gráfico 1: Produto Interno Bruto – Brasil: 1980-2008 (em %)



Fonte: IPEADATA, 2009.

Conforme mostra o Gráfico 1, com exceção dos anos de 1985 e 1986, quando cresceu a taxas superiores a 7% a.a, a década de 1980 apresentou baixas taxas de crescimento, inclusive negativa em alguns anos.

Em meio ao contexto adverso, o desenvolvimento econômico foi deixado de lado, sendo os esforços concentrados no controle da inflação que, conforme foi destacado, se aproximava de uma situação de hiperinflação.

No início da década de 1990, no entanto, foram dados os primeiros passos para a profunda mudança no padrão de desenvolvimento da economia brasileira. Em junho de 1990, governo de Fernando Collor, tem-se o marco inicial do modelo de abertura econômica e financeira com a implementação do PICE (Política Industrial e de Comércio Exterior).

Contudo, foi apenas com a adoção do Plano Real, estratégia adotada para a estabilização da economia a partir de 1994, que se fez possível encontrar elementos para a compreensão do padrão de desenvolvimento recente. Esta estratégia teve um sucesso incontestável no combate a inflação que de um patamar de 45% a.m, em média, na primeira metade de 1994, caiu para 1 ou 2% a.m, já na segunda metade de 1994, mantendo estabilidade desde então (BACHA, 1998).

Há que se ressaltar, que mais do que uma estratégia de estabilização, o Plano Real representou a adesão definitiva (tardia) do Brasil ao modelo econômico neoliberal, com a realização das reformas liberalizantes propostas pelo “Consenso de Washington”<sup>3</sup>. Isso trouxe de volta os fluxos de capitais financeiros à região (sobretudo devido ao acordo da dívida externa) os quais, ante a saturação dos mercados desenvolvidos, buscavam novas alternativas, marcando a integração dos países da periferia à dinâmica financeira global (MERCADANTE, 1999).

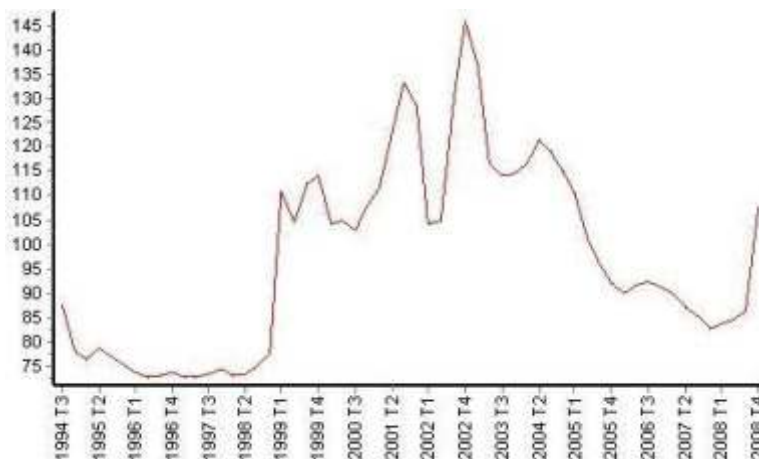
De acordo com Coutinho (1997), não há dúvida de que o estilo de estabilização iniciado na América Latina no início dos anos 1990, adotado no Brasil em 1994, não teria sido possível sem o forte ingresso de capitais, que permitiu congelar ou estabilizar as taxas nominais de câmbio, mecanismo chave no processo de controle da inflação.

No Gráfico 2, observa-se a sobrevalorização cambial que sucedeu o Plano Real. Essa trajetória foi interrompida em 1999, quando da mudança



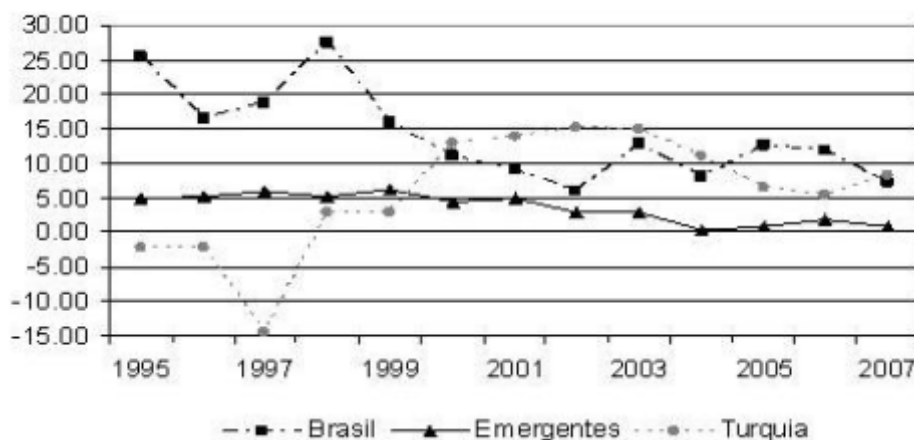
de regime, de administrado para flexível. A partir de 2004, entretanto, teve início nova trajetória de sobrevalorização cambial.

Gráfico 2: Taxa de câmbio efetiva real R\$/US\$ - Brasil 1994-2008



Fonte: IPEADATA.

Além da âncora cambial, o outro instrumento importante foi a taxa de juros, que viabilizou as entradas de capitais mantendo o câmbio sobrevalorizado, além de mecanismo de controle da demanda agregada. No Gráfico 3 demonstra-se a evolução da taxa básica de juros, a Selic, entre 1995 e 2007.



\*\* Argentina, Brasil, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Egito, Hungria, Índia, Indonésia, Israel, Jordânia, Coréia, Malásia, México, Marrocos, Paquistão, Peru,

Filipinas, Polônia, Rússia, África do Sul, Taiwan, Tailândia, Turquia.

Fonte: Banco Central do Brasil. (2008).

Conforme se observa no Gráfico 3, as taxas de juros reais mantiveram-se em patamares elevados a partir do Plano Real, reduzindo-se a partir de 1998, mas ainda sendo bastante superiores às taxas de juros dos países emergentes e também da Turquia, que é considerada uma das maiores do mundo.

Dessa maneira, haja vista a abertura financeira iniciada nos anos 1990, sem que se verificasse a existência de controles sobre a entrada de fluxos financeiros, os elevados níveis da Selic, aliada à taxa de câmbio não administrada, vêm fazendo com que a taxa de câmbio se reduza, ou ainda se torne extremamente valorizada.

Mas além do impacto sobre o câmbio, um aspecto maléfico das taxas de juros altas ocorreu sobre o comportamento da dívida pública, conforme pode ser visto no Tabela 1.

A dívida pública adquiriu uma trajetória ascendente desde 1995 atingindo seu ápice em 2003 quando atingiu de 52% do PIB, com a necessidade de financiamento do setor público da ordem de 5,1%.

Embora a partir de 2004 tenha ocorrido uma redução importante (cerca de 10 pontos percentuais), a dívida pública é, na atualidade, um dos grandes problemas da economia brasileira.

Tabela 1: Indicadores Seleccionados – Contas Públicas Brasil: 1995 - 2008

Ano	Dívida pública em % do PIB	Déficit Primário	Despesa com juros	Déficit Nominal
1995	28,0	-0,3	6,8	6,5
1996	30,7	0,1	5,7	5,8
1997	31,8	0,9	5,0	5,9
1998	38,9	0,0	7,5	7,5
1999	44,5	-3,3	9,1	5,8
2000	45,5	-3,5	7,1	3,6
2001	48,4	-3,7	7,2	3,5
2002	50,5	-4,0	8,3	4,3
2003	52,4	-4,3	9,4	5,1
2004	47,0	-4,2	6,6	2,4
2005	46,5	-4,4	7,3	3,0
2006	44,7	-3,9	6,9	3,0
2007	42,7	-4,0	6,2	2,2
2008				

Fonte: Banco Central do Brasil.

Além do aumento da dívida pública, um ponto que merece discussão se refere à qualidade dos fluxos de capitais que ingressaram no país nas últimas décadas. Ocorreu o maior ingresso de investimentos em carteira (investimentos de curto prazo) em detrimento dos IEDs (investimentos produtivos). Embora as duas formas de investimentos tenham se elevado no período estudado, destaca-se que os capitais de curto prazo foram estimulados pela liberalização, pelas taxas de juros altas e pela menor percepção de risco pelos agentes, enquanto o IED de 1994 até 2002, foi motivado em razão das privatizações (Tabela 2).

Tabela 2: Investimentos em carteira e IED no Brasil: 1990-2007 (US\$ milhões)

Ano	Investimentos em Carteira	Investimento Direto Estrangeiro
1990	472,273	988,80
1991	3.808,129	1.102,2000
1992	14.465,499	2.061,0000
1993	12.324,600	1.290,9000
1994	50.642,200	2.149,9000
1995	9.216,787	4.405,1220
1996	21.618,868	10.791,6870
1997	12.615,571	18.992,9343
1998	18.124,973	28.855,6099
1999	3.801,558	28.578,4296
2000	6.955,057	32.779,2397
2001	76,994	22.457,3534
2002	-5.118,566	16.590,2042
2003	5.307,525	10.143,5247
2004	-4.750,133	18.145,8836
2005	4.884,536	15.066,2917
2006	9.081,236	18.822,2080
2007	48.390,357	34.584,9010

Fonte: Banco Central do Brasil (2008).

A partir de 2004 tem-se a elevação crescente do IED, que atinge US\$ 34 bilhões em 2007. Entretanto, as aplicações em carteira superam consideravelmente o volume de IED alcançando US\$ 48 bilhões nesse mesmo ano, conforme a Tabela 2.

Diante do quadro descrito, era de se esperar que os desequilíbrios ocorressem e foi o que aconteceu, já no início de 1995. De acordo com Bacha (1998), o plano de estabilização teve dificuldades em garantir o crescimento sustentado, simultaneamente à estabilidade de preços e ao equilíbrio externo, em vista da incompatibilidade entre política cambial e equilíbrio

externo e entre déficit público e inflação.

No que se refere à política cambial adotada, são conhecidos os efeitos deletérios que esta possui sobre o balanço de pagamentos, dada a perda de competitividade dos bens nacionais frente aos similares internacionais pela valorização cambial, sobretudo para o setor industrial.

Coutinho (1997) e Castro (2001) enfatizam os problemas advindos dessa política para a indústria brasileira. Destacam que a política cambial implementada com a adoção do Real levou a um forte desestímulo ao setor exportador, que perdeu competitividade frente aos competidores internacionais. Além disso, dada a redução dos preços de insumos e matérias-primas importados elevou-se sobremaneira a importação de componentes importados na produção nacional, com o surgimento de fenômenos como a desnacionalização e a desindustrialização de setores relevantes da produção nacional.

Nessa perspectiva, Coutinho (1997) destaca uma “especialização regressiva” da indústria, ou seja, uma concentração na produção e exportação de produtos de menor valor agregado.

De acordo com o autor, isso ocorreu devido a uma definição equivocada quanto ao patamar da taxa de câmbio que seria adequado ao desenvolvimento do país. Assim, houve uma desindustrialização em alguns setores, com a substituição de insumos locais por importados, o que implicou o fechamento de linhas de produção, unidades fabris, além da desnacionalização, dada a fragilidade financeira das empresas nacionais em setores como eletrodomésticos, autopeças, alimentos, higiene e limpeza.

A competitividade brasileira é alta apenas em setores como o das *commodities*, de grande escala de produção, a exceção de setores como o automobilístico (montadoras) e têxteis, onde predominam fortes esquemas de proteção (*lobbies*). Ainda assim, estes setores permanecem onerados com a política monetária adotada de manutenção de juros elevados (COUTINHO, 1997).

A Tabela 3 ilustra a evolução da balança comercial da indústria de transformação, de acordo com a intensidade tecnológica, no período entre 1997 e 2007:

Tabela 3 - Balança Comercial - Indústria de transformação (Por densidade tecnológica) – 1997-2007 (US\$ milhões)

Ano	Baixa	Média baixa	Média alta	Alta	Total
1997	4.405	622	-5.438	-4.415	-4.825
1998	4.497	468	-5.371	-3.867	-4.272
1999	4.498	723	-5.147	-3.457	-2.903
2000	5.202	601	-3.638	-3.209	-1.044
2001	6.396	113	-5.452	-3.984	-2.926
2002	5.921	904	-3.746	-2.218	861
2003	8.554	2.330	-1.867	-2.379	6.638
2004	11.685	3.556	-1.421	-3.428	10.393
2005	13.568	4.755	12	-3.760	14.575
2006	13.531	4.801	98	-5.419	13.010
2007	16.566	5.131	-3.321	-6.847	11.529

Fonte: IEDI (2007).

A Tabela 3 demonstra que os segmentos industriais de baixa e média-baixa intensidade tecnológica são os setores que vêm sustentando o saldo positivo da indústria nos últimos onze anos. Os setores de média-alta e alta tecnologia vêm obtendo elevados e contínuos déficits, sobretudo os de alta tecnologia, permitindo que se confirme a especialização regressiva da indústria brasileira na atualidade.

Quanto às taxas de juros elevadas, estas, aliadas a outras medidas contracionistas tomadas logo após a implementação do plano, manifestaram seus efeitos em três áreas: 1) desaceleração do nível de atividade econômica, 2) fragilidade financeira e 3) déficit do setor público.

A queda do nível de atividade econômica foi motivada pela dificuldade das empresas ante a elevação substancial dos juros, da apreciação cambial e da abertura econômica, agravada pela retração da demanda.

A fragilidade financeira ficou evidente pela retração dos níveis de crédito concedido, além das inadimplências, com a criação do PROER, programa de reestruturação do setor privado bancário (BACHA, 1998).

Quanto à dívida pública, de acordo com dados do Ipeadata (2008), a mesma elevou-se assustadoramente: a razão dívida líquida/PIB que era de 22,8% do PIB em 1994 alcançou 51,6% em dezembro de 2007.

Em situação de fragilidade financeira, setor público e privado contribuíram com as taxas de investimentos extremamente baixas verificadas ao longo da última década. A título de comparação, na década

de 1980, chamada de “década perdida”, período de grande instabilidade econômica, em que vários planos de estabilização retraíram o consumo e os investimentos, o investimento como proporção do PIB foi de 22,2% ao ano, em média. Na década seguinte, 1990, o investimento caiu para 18,2%, em média, registrando-se uma queda ainda maior no período recente. Entre 2000/07 a taxa de investimento foi de apenas 16,4% ao ano, em média (IPEADATA, 2008).

Diante das observações realizadas é possível perceber que, longe de constituir uma forma duradoura de financiamento externo, a estratégia de desenvolvimento da economia brasileira não possibilitou eliminar a fragilidade interna e externa, fato visível nas crises cambiais, afetando variáveis macroeconômicas relevantes como o investimento e a dívida pública. Até o período recente, a economia brasileira não conseguiu manter um ritmo de crescimento sustentado, permanecendo ainda numa trajetória de “*stop and go*”.

Na visão de Delfim Neto (1999), o período recente negligenciou a preocupação com o desenvolvimento econômico e deu mais atenção às questões financeiras do que aos problemas reais – o produto, o emprego e os investimentos.

Além disso, o autor concorda que o desenvolvimento foi deixado de lado e difundiu-se a idéia de que quem deseja o desenvolvimento é adepto da inflação, não se reconhecendo que sem a entrada, em caráter definitivo, de recursos externos, a expansão econômica encontra dificuldades.

Nessa perspectiva, segundo o autor, o crescimento brasileiro tem sido menor em relação aos países em desenvolvimento e em relação ao mundo, graças a esses “equivocos da política econômica”, tanto devido à deterioração das finanças públicas, que reduz a poupança líquida, deprimindo os investimentos públicos, tanto pela queda da relação produto/capital, que decresceu ao longo dos últimos anos.

Dessa forma, não tendo como foco principal o desenvolvimento, a inserção brasileira no contexto mundial globalizado se dá de forma passiva, constrangida pela valorização (e volatilidade) cambial, pelos juros altos que não atraem fluxos de capitais de médio e longo prazos voltados para o setor

produtivo e impedem o crescimento econômico.

### *A economia chinesa no período 1980 e 2007*

Enquanto o início dos anos 1980 representou para o Brasil e as economias latino-americanas de modo geral, um ponto de inflexão no seu processo de desenvolvimento, na China tinha início um período de importantes transformações, cujo resultado se refletiria no forte crescimento econômico experimentado nas décadas posteriores.

Isso porque, a partir desse período, a China passou a implementar um conjunto de reformas no intuito de promover a transição da economia planificada para uma economia de mercado (OLIVEIRA, 2008).

As mudanças ocorridas foram essenciais para explicar o sucesso da economia chinesa nas últimas décadas e tiveram a peculiaridade de ocorrer de forma gradualista. Embora revolucionárias, com algumas características da antiga economia de planejamento centralizado, as medidas tomadas basearam-se na aplicação das experiências internacionais bem sucedidas à realidade do país.

O programa foi bem sucedido na modernização da economia ao contemplar áreas como agricultura, indústria, ciência e tecnologia, bem como das forças armadas, fazendo a passagem da China de uma economia agrícola e tradicional para uma economia industrial, de grande relevo no cenário internacional

No setor agrícola, a partir de fins dos anos 1970, introduziu-se um sistema de contrato familiar entre Estado e produtor agrícola, no qual o primeiro fornecia a terra e o segundo pagava-a com cotas da produção, decrescentes com o tempo, através de contratos de longo prazo, o que elevou consideravelmente a produtividade no meio rural, promovendo o aumento da produção de alimentos, geração de emprego e renda no campo (OLIVEIRA, 2008).

Essa medida foi importante e entre outros efeitos promoveu:

- o atendimento à demanda requerida pelos elevados investimentos estatais no setor de bens de produção;
- viabilizou o processo de substituição de importação desde meados dos anos 1980;

- o desenvolvimento do setor agrícola estimulou a demanda por manufaturas contribuindo com o desenvolvimento do próprio setor industrial.

No que se refere à indústria, buscou-se o desenvolvimento através da incorporação de tecnologia e bens de capital, o que só seria possível pelo aumento da capacidade de geração de divisas, o que explica a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) no início dos anos 1980 (ACIOLY, 2005).

As ZEEs localizavam-se nas regiões costeiras próximas a mercados dinâmicos como Japão, Hong Kong, Taiwan. Abertas ao capital estrangeiro e voltadas à produção de bens exportáveis, recebiam benefícios como: incentivos fiscais, liberdade cambial, logística e portuária, autonomia administrativa e financiamento do Estado, mesclando a propriedade pública e ao mesmo tempo incentivando a difusão de empresas não estatais.

As ZEEs foram potencializadas pela criação das ZDET (Zonas de desenvolvimento Econômico e Tecnológico) com a forte indução de tecnologia e parcerias com países vizinhos.

A economia chinesa, nessa fase, pôde beneficiar-se entre 1985 e 1995 do resultado da ofensiva norte-americana contra o Japão, que valorizou o iene, levando ao deslocamento de investimentos produtivos do Japão (e também dos "tigres") para a China: esses países passaram a delegar à China etapas importantes de sua produção, o que promoveu a internalização de tecnologia, encadeamentos inter-industriais relevantes, alcançando maior densidade tecnológica e maior geração de valor agregado (MEDEIROS, 2006).

Há que se ressaltar a importância na condução de uma política industrial ativa, não de adaptação, mas de transformação da realidade pela criação e dinamização de condições endógenas de crescimento econômico (ACIOLY, 2005).

A economia chinesa aproveitou-se das condições externas propícias e das oportunidades da globalização, por meio da abertura econômica, sendo a líder na atração de investimentos estrangeiros diretos nos anos 1990 – ocupando o primeiro lugar no *ranking* dos países em desenvolvimento. Os volumes crescentes de IED materializaram-se sob a



forma de novos projetos de instalação de empresas e dirigidos majoritariamente para a indústria de transformação, sobretudo nas atividades de maior valor agregado.

Nesta década, houve um amplo processo de privatização de empresas na economia chinesa, embora em todos os setores o número de empresas estatais ainda seja elevado. As empresas privadas foram fortalecidas e as estrangeiras, após a definição de um amplo marco regulatório, autorizadas a atuar no país sobretudo nas zonas especiais (MEDEIROS, 2006).

Nessa perspectiva, a contribuição do IED foi notável no caso chinês, relevante na sua inserção no comércio internacional, sendo as condições por ele propiciadas um diferencial do país em relação aos outros países em desenvolvimento.

De acordo com a Acioly (2005), três fases caracterizaram o ciclo de investimentos na China. Num primeiro momento (1979-1986), os investimentos concentraram-se nas atividades de prospecção geológica, indústria manufatureira trabalho-intensiva, a exemplo da indústria tradicional, especialmente têxtil e confecções de roupas e no setor de serviços (atividades imobiliárias).

A partir de 1986, numa segunda fase, o governo chinês dirigiu o IED para a indústria de transformação e para os setores *export-orientede* de mais alta tecnologia. Desse modo, o IED no setor primário caiu de 40,9% em 1988 para 3,1% em 1993, e o setor manufatureiro passou a ser o principal setor de destino dos investimentos diretos externos.

Nos anos 1990 – terceira e quarta fases da abertura ao IED – algumas medidas incentivaram o aumento da participação do IED nas indústrias capital intensivas. A prioridade foi o desenvolvimento e fortalecimento da indústria química, de máquinas e equipamentos de transporte, eletrônicos e comunicações.

De acordo com Medeiros (2006), o ciclo de expansão dos investimentos na China ao longo dos anos 90 foi acompanhado por uma ousada estratégia industrial em que o governo selecionou 120 grupos empresariais de setores estratégicos, no enfrentamento das grandes empresas multinacionais nos mercados chineses e mundiais. A estratégia

era diversificar exportações através de política tecnológica, investimentos, modernização da infra-estrutura integrando populações do interior, com o desenvolvimento de diversos centros de tecnologia.

Em 2001, inicia-se a quinta fase da abertura da economia chinesa com a adesão do país à OMC (Organização Mundial do Comércio), onde a indústria de transformação e os serviços contabilizavam cerca de 61% e 37%, respectivamente, com destaque para a indústria eletrônica e de telecomunicações. No setor de serviços, as atividades imobiliárias predominaram (24%), em suma, uma forte predominância do setor secundário relativamente aos demais setores (ACIOLY, 2005).

O bom desempenho das exportações (Tabela 4), aliado ao forte ingresso do IED, transformou o padrão de financiamento da economia nos anos 1990, elemento fundamental no desenvolvimento recente do país, ao garantir a obtenção de divisas de maneira sustentada.

Tabela 4: China: Grau de abertura e taxa de crescimento das exportações: 1990-2007 (Em %)

Ano	Taxa de Juros	Inflação
1990	7,9	3,1
1991	7,2	3,5
1992	7,2	6,3
1993	10,1	14,6
1994	10,1	24,2
1995	10,4	16,9
1996	9,0	8,3
1997	8,6	2,8
1998	4,6	-0,8
1999	3,2	-1,4
2000	3,2	0,3
2001	3,2	0,5
2002	2,7	-0,8
2003	2,7	1,2
2004	3,3	3,9
2005	3,3	1,8
2006	3,3	1,5
2007	--	4,8

Fonte: IMF (2008). Internacional Financial Statistics. Elaboração da autora.

Conforme destaca Medeiros (2006), a posição sólida da economia chinesa se confirma pelo fato de, além de ser grande receptora de investimento externo, contar com superávits no saldo de transações correntes, próximo de 2% do PIB. Isso lhe permite o acúmulo de grande volume de reservas estrangeiras, conferindo-lhe maior autonomia nas suas

políticas econômicas.

Ademais, há que se destacar o controle dos fluxos de capitais financeiros pelo governo, o que têm exercido um papel relevante no sentido de manter a estabilidade de sua moeda, de modo a garantir a contribuição efetiva dos investimentos à economia, instrumento importante para a sustentação da autonomia político-econômica e da trajetória de crescimento, o que distinguiu a China das demais economias nas duas últimas décadas (MEDEIROS, 2006).

A Tabela 4 demonstra que o grau de abertura da economia evoluiu significativamente nas últimas duas décadas, chegando a 65,1% no ano de 2006. Da mesma forma, a taxa de crescimento das exportações têm sido alta ao longo do período, em torno de 30% nos últimos anos.

Quanto a isso, destaca-se também que o marco regulatório imposto aos IEDs, ao exigir contrapartida por parte das empresas estrangeiras, viabilizou o aumento da participação chinesa no comércio internacional, acesso ao capital e a tecnologia avançada e introdução de técnicas modernas, administrativas e de gestão nas empresas chinesas (ACIOLY, 2005).

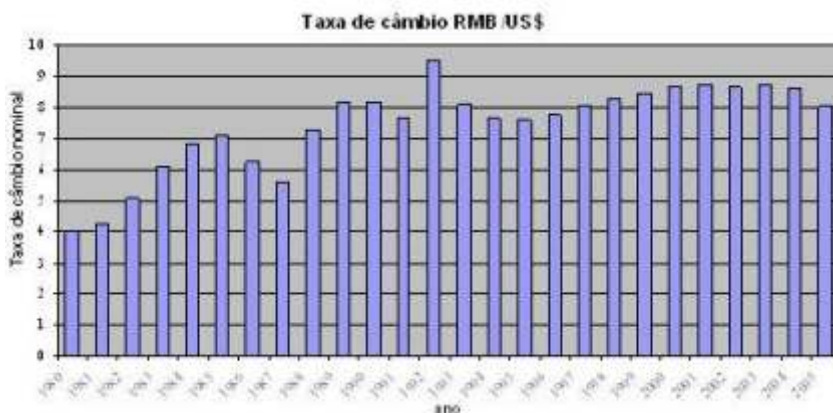
Mas, não obstante as importantes reformas empreendidas na economia, um aspecto decisivo no sucesso da política macroeconômica chinesa foi a administração do câmbio. A esse respeito Gala (2007) ao comparar os padrões de desenvolvimento das economias asiáticas e latino-americanas, conclui que, enquanto na América Latina houve ciclos de sobrevalorização cambial nos anos 1970 e 1980, e também nos anos 1990 com os planos de estabilização, nos países asiáticos ocorreu subvalorização das moedas.

Os asiáticos utilizaram o câmbio como uma ferramenta de estímulo ao setor exportador. Já na América Latina este instrumento serviu aos interesses do populismo econômico (anos 1970 e 1980) e ferramenta de estabilização (anos 1990).

Dessa forma, a manutenção da moeda do país (Yuan Renmeinbi) em um patamar desvalorizado e estável, ante ao dólar (Gráfico 4) diferenciou a estratégia da China da maioria das economias em desenvolvimento, conferindo-lhe uma autonomia na sua política

econômica e uma inserção externa ativa e soberana: ao invés de buscar a captação de recursos de curto prazo via conta de capital, a opção foi a exportação em larga escala de produtos industrializados competitivos e de alta tecnologia, via transações correntes, o que tem conferido a esse país liberdade na condução da política econômica (OLIVEIRA, 2008).

Gráfico 4: Taxa de Câmbio Nominal RMB/US\$: China: 1980-2006



Fonte: IMF (2008).

Essa opção contraria as proposições das teorias vigentes segundo as quais as políticas de desenvolvimento adotadas nos países emergentes e em desenvolvimento seriam ineficazes no contexto globalizado, além de causadoras da instabilidade macroeconômica.

A experiência chinesa de crescimento nas últimas décadas reforça a proposição de que a participação ativa do Estado na economia, na consolidação de uma política de promoção industrial ativa, na condução independente das políticas macroeconômicas e na criação de um ambiente com externalidades positivas na atração do IED é fator crucial ao desenvolvimento (OLIVEIRA, 2008).

Um outro indicador que chama a atenção na economia chinesa são as altas taxas de investimentos (formação bruta de capital fixo - FBCF). Dada a consecução de taxas elevadas, por vários anos, têm como reflexo as taxas de crescimento registradas naquela economia.

De acordo com o Gráfico 5, o investimento na economia chinesa assumiu trajetória ascendente a partir das reformas dos anos 1980. Nos

últimos anos a FBCF superou os 40% do PIB, taxa quase três vezes maior do que a verificada para o Brasil, no mesmo período.

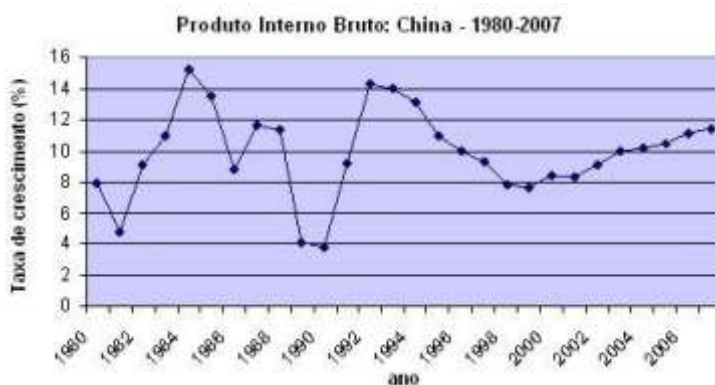
Gráfico 5: China: Taxa de Investimento (Em % do PIB)



Fonte: IMF (2008).

Como resultado a economia tem alcançado taxas de crescimento que na última década superaram os 9% PIB ao ano, valor bem superior à média mundial (Gráfico 6).

Gráfico 6: Produto Interno Bruto (Crescimento %): China 1980-2007



Fonte: IMF (2008).

As altas taxas de investimentos e as políticas ativas na promoção do crescimento, não provocaram instabilidade. Ao contrário, as taxa de juros foram baixas e estáveis, atrativas ao grande volume de investimentos, isso

sem que se pressionassem os preços, com a inflação também sob controle. (Tabela 5).

Tabela 5: Indicadores da economia chinesa: 1990-2007

Ano	Taxa de Juros	Inflação
1990	7,9	3,1
1991	7,2	3,5
1992	7,2	6,3
1993	10,1	14,6
1994	10,1	24,2
1995	10,4	16,9
1996	9,0	8,3
1997	8,6	2,8
1998	4,6	-0,8
1999	3,2	-1,4
2000	3,2	0,3
2001	3,2	0,5
2002	2,7	-0,8
2003	2,7	1,2
2004	3,3	3,9
2005	3,3	1,8
2006	3,3	1,5
2007	--	4,8

Fonte: IMF (2008).

A seguir, apresentam-se algumas considerações sobre as estratégias de desenvolvimento econômico recente de Brasil e China.

O modelo de crescimento econômico brasileiro e o modelo chinês no período 1980-2007

Analisando-se os dois modelos de desenvolvimento adotados na economia brasileira e chinesa, é possível fazer algumas observações.

Inicialmente destaca-se a importância das reformas feitas na China a partir de 1970. Neste período, o governo definiu uma trajetória gradual de desenvolvimento, criando a infra-estrutura necessária e atuando em áreas relevantes da economia a fim de preparar o país para o crescimento econômico posterior (OLIVEIRA, 2008).

A abertura econômica foi ponto chave para esse crescimento, mas sobretudo, a forma com que o Estado realizou essa transição, priorizando a entrada de capitais produtivos, que ao associar-se às empresas privadas e estatais chinesas foram essenciais para a difusão tecnológica, aumento das exportações, geração de divisas. Além disso, a instituição de um marco regulatório foi crucial para que os investimentos realmente se traduzissem

em contribuição efetiva à economia (MEDEIROS, 2006).

No tocante à economia brasileira a estratégia de estabilização e a opção de desenvolvimento econômico adotada a partir do Plano Real em 1994, não foi acompanhada de reformas estruturantes, ou incentivos a setores estratégicos. Aderiu-se de forma fiel aos princípios do Consenso de Washington, logrando êxito ao conseguir a estabilidade econômica, mas o desenvolvimento econômico deixou de fazer parte da agenda de política econômica (DELFIM NETO, 1999).

A forma de financiamento do balanço de pagamentos desde então, apresenta fragilidade sendo altamente dependente dos fluxos de capitais externos de curto prazo, cuja alta volatilidade, constrangem o câmbio, levando a bruscas oscilações, elevando as taxas de juros internas, constituindo impedimento ao desenvolvimento sustentado.

Ao contrário do Brasil, na China, a participação do Estado foi ativa incentivando os investimentos na produção, dando forte estímulo ao setor exportador, mantendo uma política cambial favorável às exportações, com a entrada de grande volume de divisas via conta de transações correntes, sem a necessidade de financiar-se via conta de capital, como no caso brasileiro (OLIVEIRA, 2008).

Tal fato lhe confere elevado grau de manobra nas suas políticas econômicas, sobretudo pelo elevado volume de reservas que vêm acumulando nos últimos anos. No que se refere aos investimentos, é outro fator notável na economia chinesa, sendo o responsável pelo impressionante crescimento econômico que aquele país vem demonstrando nas últimas duas décadas.

O Quadro 1 apresenta um resumo das principais políticas realizadas nas economias brasileira e chinesa no período analisado.

Diante do exposto, constata-se que os principais aspectos relativos ao sucesso da estratégia de desenvolvimento chinesa têm sido a forte e ativa presença do Estado na economia, seja no estímulo direto às empresas, seja na criação de um marco regulatório ou o controle das variáveis econômicas relevantes.

Quadro1: Comparativo das políticas adotadas no Brasil e na China

Políticas Adotadas	Brasil	China
Taxa de Câmbio	Sobrevalorizada. Não administrada, por isso volátil.	Depreciada. Compra de divisas para manter taxas nominais estáveis
Taxa de Juros	Elevadas. Significativas oscilações.	Baixas. Estáveis.
Taxa de Investimento	Baixa. Média 16,5% a.a de 2000/07	Altas. Superiores a 40% nos últimos anos
Inflação	Controlada, porém com sobressaltos no período.	Baixa. Estável próxima de 3%
Política Industrial	Incipiente. Falha do Estado no provimento de externalidades positivas.	Agressiva. Forte estímulo ao setor exportador e desenvolvimento tecnológico (Zonas econômicas especiais)
Fonte de financiamento	Frágil. Via conta de capital. Predominância de capitais de curto prazo. Ausência de controles dos fluxos financeiros.	Sólida. Via Transações Correntes (elevado saldo comercial). Altos Níveis de IED. Controle de entradas e saídas de capitais.
Inserção Externa	Passiva. Liberalização com o abandono da autonomia da política econômica.	Soberana. Manutenção de políticas ativas e independentes: cambial, industrial.

Fonte: Elaborada com base nos dados da pesquisa.

Parece razoável a suposição de que, talvez o equívoco brasileiro tenha sido a liberalização desmesurada, com o abandono do Estado de seu papel desempenhado por décadas – o de indutor do processo de desenvolvimento.

### Considerações finais

No período recente, uma marca da maioria das economias capitalistas tem sido o baixo crescimento econômico, traço característico do novo regime de acumulação sob égide do capital altamente concentrado, industrial, mas principalmente financeiro, o qual desfruta de grande mobilidade entre as fronteiras mundiais.

Esse fato tem levado a que a participação dos países na dinâmica financeira global ocorra de maneira desigual, dada a centralidade do dólar e a vantagem dos países que têm moeda forte e os países periféricos encontrem-se em situação de extrema vulnerabilidade.

É nesse contexto, que se recomendam aos países emergentes e em desenvolvimento que estes realizem as chamadas “*market friendly polices*”, com a reduzida intervenção do Estado na economia, a não ser no



provimento de estabilidade das variáveis macroeconômicas relevantes tais como o câmbio, dívida pública, da inflação, enfim todos os pontos resumidos no chamado “Consenso de Washington”.

Há que se ressaltar, contudo, que a história mundial recente tem demonstrado que essa conduta tem sido ineficaz na promoção do crescimento econômico, além de trazer problemas para as economias, tornando cada vez mais remota a possibilidade de que venham a superar a condição de subdesenvolvimento.

A exemplo do que demonstrou a análise da economia brasileira, a inserção submissa na economia internacional pela adoção desmesurada de medidas liberalizantes, desregulamentações, apatia do Estado, não pareceu se constituir na mais adequada, nem na única estratégia para se alcançar o desenvolvimento.

Ao contrário, participação firme do estado, com a realização de políticas ativas e independentes, voltadas para atração de investimentos de longo prazo, priorizando o setor produtivo, a exemplo da manutenção de uma taxa de câmbio estável e favorável às exportações constituiu um traço essencial das trajetórias bem sucedidas das economias asiáticas, do qual a China se tornou um importante exemplo.

Nesse contexto, faz-se oportuna a observação de Coutinho (1997), de que a globalização não é um fenômeno espontaneamente benigno para os países em desenvolvimento da periferia. Ela certamente cria possibilidades, mas apenas para aqueles que têm coesão, estratégia e Estado eficiente para delas tirar proveito.

## Notas

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

\*\* Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>1</sup> Instituições supranacionais como FMI e Banco Mundial defendem a adoção de políticas em consonância com a lógica dos mercados globalizados, como a liberalização comercial e financeira, a desregulamentação, estabilidade cambial, déficit público sob controle (RODRIK, 2004).

<sup>2</sup> Chesnais (1995) refere-se à “mundialização” de forma mais abrangente que “globalização” ou “internacionalização”, já que esta terminologia reflete não só as trocas interfronteiras de bens e serviços, mas sim a mundialização das operações do capital, em sua forma industrial ou financeira (investimentos diretos, rendimentos de capital, investimentos de portfólio).

<sup>3</sup> Refere-se a um conjunto de medidas resultantes de um encontro realizado no ano de 1989, em Washington, cujo objetivo era discutir o ajustamento macroeconômico nos países latino-americanos. Participaram economistas de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), além de diversos economistas liberais latino-americanos. A expressão foi usada pela primeira vez pelo economista John Williamson em 1990, que resumiu os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes, passando a ser o novo “receituário” para promover o “ajustamento” dos países em desenvolvimento. Para mais detalhes ver Negrão (1998).

## Referências

ACIOLY, Luciana. China: uma inserção externa diferenciada. *Economia Política Internacional*, CERI/IE/UNICAMP, Campinas, n. 7, p. 24-31, out/dez. 2005.

Banco Central do Brasil. Disponível em < [www.bcb.org.br](http://www.bcb.org.br) >. Acesso em: 03 de jan. 2009.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização financeira e inserção periférica. *Economia e sociedade*, Campinas, p. 57-92. dez. 1999.

CASTRO, Antonio Barros de. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. *Revista de Economia Política*, vol. 21, nº 3 (83), julh/set, 2001 p. 3-25.

CASTRO, Lavínia B. de. Esperança, frustração e aprendizado na nova república (1985-1989). In: GIAMBIAGI, Fábio, VILLELA, André; CASTRO, Lavínia B. de; HERMANN, Jennifer (Org). *Economia Brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo do fim de século. *Economia e sociedade*, Campinas, p. 1-30. dez. 1995.

COUTINHO, Luciano G. “A Especialização Regressiva: Um Balanço do Desempenho Industrial Pós-Estabilização”. In VELLOSO, João P.R. (org.). *Brasil: Desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

COUTINHO, Luciano G.; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas*. Economia e sociedade. Campinas, p. 129-154. dez. 1996.

DELFINO NETO, Antonio. O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico. In: MERCADANTE, Aloísio (Org). *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas, (SP), IE/UNICAMP, 1999.

GALA, Paulo. Dois padrões de política cambial: América Latina e Sudeste Asiático. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 65-91, abr. 2007.

IEDI. Instituto de Estudos para o desenvolvimento industrial. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=80&infolid=282>> Acesso em: 30 de dez. 2008.

IMF. (Internatinonal Monetary Fund). International Financial Statistics. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

Instituto de Economia Econômica e Aplicada (Banco de Dados). (Ipeadata). Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: 22 jan. 2009.

HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento. In: GIAMBIAGI, Fábio, VILLELA, André; CASTRO, Lavinia B. de; HERMANN, Jennifer (Org). *Economia Brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista de Economia Política*. vol. 26 n.º 3. São Paulo, julho/setembro 2006.

MERCADANTE, Aloísio. Desafios de política econômica. In: MERCADANTE, Aloísio (Org). *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas, (SP), IE/UNICAMP, 1999.

NEGRÃO, João José. *Para conhecer o Neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. *Revista de Economia*, (Curitiba), 2008.

PLIHON, Dominique. *A Globalização Financeira. Colóquio Pobreza, Dívida Externa e as Três Instituições Irmãs: FMI, Banco Mundial e OMC*. Faculdade de Economia Universidade de Coimbra, Abril de 2007.

RODRIK, Dani. *Growth strategies*. Harvard University Press: Cambridge, M A , 2 0 0 4 . Disponível em: <<http://ksghome.harvard.edu/~drodrik/growthstrat10.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2008.